

Editorial



Osvaldo Cabral
osvaldo.cabral@diariodosacores.pt

São Miguel de pantanas

O desinvestimento público que se assistiu, nos últimos anos, em várias ilhas, especialmente em áreas estratégicas da economia, está, agora, a reflectir-se com algum estrondo junto de empresários e exportadores.

Já perdemos a SATA Internacional, um dos maiores activos estratégicos da Região, devido à gestão ruínosa de administradores e governantes, e agora estamos a ser confrontados com constrangimentos de toda a ordem no porto de Ponta Delgada, que movimentam mais de 70% da carga das nossas ilhas.

Os empresários têm razão quando reclamam mais recursos para o porto de Ponta Delgada, onde quase tudo é obsoleto, desde guindastes a rebocadores, menos os confortáveis gabinetes dos seus gestores e das respectivas tutelas.

O que se passou nos últimos dias ao largo do molhe da cidade parece mais um filme do outro mundo, com graneleiros a aguardar, mais de uma semana, para descarregar, ora por falta de espaço no porto, ora por falta de rebocador, ora por falta de alguma organização atempada.

Foi preciso fretar um rebocador da Horta, com um custo de 20 mil euros, porque o que está na Terceira, que fica mais perto, também está avariado!

Se o porto já é pequeno para o movimento que não pára de aumentar, então que se planeie a sua expansão, como sugere o líder dos empresários de Ponta Delgada, com um segundo molhe, que criaria espaço de operações e protecção do actual, que está totalmente vulnerável a tempestades cada vez mais agressivas.

O que vamos assistindo, entretanto, é que o porto de Ponta Delgada já não dá para as encomendas de forma eficiente, tem equipamentos de terra que são velhos e como se isto não bastasse também tem equipamentos de mar muito para além da sua vida útil de operação.

Este problema é apenas um dos muitos que S. Miguel está a sofrer, porque não há voz activa, a nível político, em defesa da ilha.

Consta que, esta semana, o IL, com um deputado apenas, vai levar ao parlamento regional uma sessão de perguntas sobre a ilha de S. Miguel.

É muito sintomático que os outros partidos, com muito mais representação nesta ilha, entram mudos e saem calados quando se trata de apresentar e reflectir os problemas que afectam S. Miguel.

Na semana que se passou veio a público um relatório da Comissão Europeia sobre impactos da política de coesão para 2021-2027, que aponta para um impulso do PIB açoriano próximo dos 7%, tornando os Açores na região europeia que mais poderá crescer, graças aos fundos comunitários.

Com os constrangimentos que vamos assistindo na nossa economia, ninguém poderá acreditar em tais projecções.

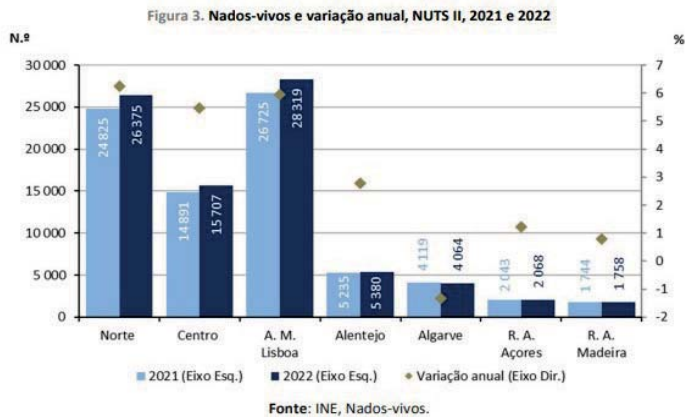
As regiões mais atrasadas são sempre aquelas onde se perspectivam crescimentos mais acelerados.

O problema é a concretização destes crescimentos.

Só se formos muito eficazes!

Ao ritmo que vamos assistindo nos investimentos públicos estratégicos, seremos mesmo?

Natalidade aumentou nos Açores mas também registou o maior número de mortes



A natalidade aumentou nos Açores em 2022, como em todas as regiões do país, com excepção do Algarve (-1,3%).

Nas regiões Norte (+6,2%), Centro (+5,5%) e Área Metropolitana de Lisboa (+6,0%), a subida foi superior ao valor nacional (+5,1%).

A Região Autónoma da Madeira registou o menor acréscimo (+0,8%).

Nos Açores aumentou de 2.043 nados-vivos em 2021 para 2.068 em 2022.

Os dados acabam de ser divulgados pelo INE, acrescentando que, em 2022, a proporção de nados-vivos nascidos fora do casamento, isto é, filhos de pais não casados entre si, aumentou para 60,2%, representando, pelo oitavo ano consecutivo, mais de metade do total de nascimentos em Portugal.

Todas as regiões registaram proporções de nados-vivos fora do casamento acima do valor nacional (60,2%), com excepção do Norte (54,6%) e da Região Autónoma dos Açores (57,7%).

Em 2022, 64,9% do total de nascimentos corresponderam a mães com idades dos 20 aos 34 anos, 33,2% a mães com 35 e mais anos e 1,9% a mães com menos de 20 anos.

Açores com o maior número de mortes

Entre 2013 e 2022, registaram-se decréscimos nas proporções de nados-vivos de mães com idades inferiores a 20 anos e de mães com idades dos 20 aos 34 anos, respectivamente de 1,6 e de 5,3 pontos percentuais (p.p.).

Em contrapartida, ao longo deste período, verificou-se um aumento de 6,9 p.p. na proporção de nados-vivos de mães com 35 e mais anos de idade.

A idade média da mãe ao nascimento de um filho (independentemente da ordem do nascimento) foi 32,2 anos e a idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho foi

30,8 anos.

A mortalidade diminuiu em quatro das sete regiões NUTS II, nomeadamente no Centro (-1,8%), na Área Metropolitana de Lisboa (-5,4%), no Alentejo (-3,6%) e no Algarve (-0,4%).

Na região Norte e nas regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, registaram-se acréscimos na mortalidade, sendo que o maior aumento se verificou nesta última (+14,6%).

A maioria dos óbitos ocorreu em idades avançadas: 86,6% dos óbitos corresponderam a pessoas com 65 e mais anos e mais de metade (60,7%) a óbitos de pessoas com 80 e mais anos.

Entre 2013 e 2022, foram registados decréscimos nas proporções de óbitos de pessoas com idades inferiores a 65 anos e de pessoas com idades dos 65 aos 79 anos, de, respectivamente, 2,9 e 2,5 p.p. Em contrapartida, verificou-se um aumento de 5,5 p.p. na proporção de óbitos de pessoas com 80 e mais anos de idade.

Tal como para o total do país, em 2022, também nas regiões NUTS II, a maior proporção de óbitos ocorreu no grupo etário dos 80 e mais anos, representando mais de 50% da mortalidade em todas as regiões, com excepção da Região Autónoma dos Açores (47,8%). Nas regiões Alentejo e Centro, a proporção de óbitos deste grupo etário foi superior à média nacional (respectivamente 65,2% e 64,8%, contra 60,7%). Em 2022, o aumento do número de nados-vivos e o decréscimo do número de óbitos determinaram um desagravamento do saldo natural, de -45 220 em 2021 para -40 640 em 2022.

Ao longo do período em análise, Portugal registou sempre um saldo natural negativo. Todas as regiões NUTS II registaram um saldo natural negativo em 2022.

A região Centro foi aquela onde se verificou o saldo natural negativo mais acentuado (-15 284) e a Região Autónoma dos Açores registou o valor menos negativo (-642).